PSTU
Opinião socialista
Ano VIII Edição 161
De 16/10 a 03/11/2003
Contribuição: R$ 2,00

LEVANTE POPULAR SACODE A BOLÍVIA

TODO APOIO AOS TRABALHADORES E AO POVO BOLIVIANO

ALCA

ALCA, NÃO!

NEM ABRANGENTE, NEM LIGHT

PRECISAMOS CONSTRUIR CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES E EXIGIR PLEBISCITO OFICIAL

PÁGINA 9

CAMPANHAS SALARIAIS

BB E CEF ENTRAM EM GREVE!

PASSAM POR CIMA DA ARTICULAÇÃO

ENFRENTAM O DESMONTE

E A POLÍTICA ECONÔMICA DE LULA E DO FMI

PETROLEIROS DEVEM SEGUIR O EXEMPLO

PÁGINAS 4 E 5

NOVO PARTIDO

SEMINÁRIO NO RIO COLOCA EM MARCHA MOVIMENTO POR NOVO PARTIDO

PÁGINA 11

O QUE SE DISSE

"Não vou renunciar pois minha esposa quer continuar como primeira-dama."

JOSÉ SANCHEZ DE LOZADA, O GONI, *presidente da Bolívia, na TV, comentando os protestos*

NOTAS

PROFESSOR NÃO TEM O QUE COMEMORAR

Na semana em que se "comemorou" o Dia do Professor, foram publicados dados que constatam a terrível situação dos cerca de 2,6 milhões de profissionais do ensino. Segundo a pesquisa do MEC *Estatística do Professor Brasileiro*, os professores têm salários piores do que profissionais de carreiras que exigem formação equivalente. Um docente do ensino médio, por exemplo, ganha metade do salário de um policial civil.

Além disso, há muito se sabe que quanto mais pobre e necessitada é a região, pior é o salário e mais precária a infra-estrutura. Quanto ao salário, cabe lembrar que os professores do Nordeste ganham, em média, menos da metade dos do Sudeste. No que se refere à infra-estrutura, a situação do ensino básico é particularmente trágica: metade dos professores leciona em escolas sem bibliotecas; quatro em cada cinco em escolas sem laboratórios de Ciências; três em cada quatro em colégios sem laboratórios de informática.

Diante desta situação, a única forma de "comemoração" possível é a organização e mobilização da categoria.

FORD QUER DEMITIR 12 MIL NO MUNDO

Ford decidiu jogar 12 mil trabalhadores na rua. Três mil já foram demitidos em Genk, na Bélgica. Outros 1.700 irão perder o emprego na Alemanha e o resto das demissões será na América do Norte.

A Ford é a única fábrica importante na região, já que as minas de carvão foram fechadas há mais de 15 anos. A empresa assinou acordo garantindo os empregos dos outros nove mil operários de Genk. Eles lutam para reverter as demissões de seus companheiros e impedir que a empresa rompa o acordo e pedem aos trabalhadores brasileiros que enviem mensagens para *foerd@gvhv.be*

A MÃO QUE AFAGA É A MESMA QUE APEDREJA

O governo Lula vai utilizar o programa *Fome Zero* como critério para concessão de novas rádios comunitárias. As localidades prioritárias para a distribuição serão as atingidas pelo programa. A concessão *casada* gerou indignação em ativistas que lutam pela democratização da comunicação.

As entidades também alertam para a repressão da ANATEL e do governo às rádios comunitárias. Só nos primeiros três meses do governo Lula foram fechadas mais rádios do que nos primeiros meses do governo FHC.

EDITORIAL

Vacas gordas e vacas magras

Lula declarou dias atrás que os tempos das vacas magras estavam acabando. Em seguida, Zé Dirceu declarou que nove meses não bastaram para a criança nascer e ele previa mais uns 18 meses de dificuldades.

A verdade é que no país algumas poucas vacas estão cada dia mais gordas, enquanto outras – a maioria – cada dia mais magras. O fato é que o imperialismo aperta a cada dia o torniquete da recolonização e o governo Lula cada dia é mais subserviente no atacado, enquanto faz algumas pirotecnias no varejo e encena algumas farsas políticas para parecer o contrário.

É assim, que enquanto protagonizava um atrito limitado em CANCUN, tentando trocar exportações agrícolas por soberania; liberava os transgênicos, dando um presentão de R$ 100 milhões à Monsanto. Semana seguinte, nas negociações da Alca, o Brasil foi de Alca light, e o imperialismo fez estardalhaço, conseguindo aliados internos – todos ministérios mais fortes no escândalo. Atritos à parte, a Alca segue nos trilhos das negociações e internamente seu caminho vai sendo pavimentado, através das "reformas" neoliberais, das mamatas para as multinacionais e bancos internacionais, incluindo o escandaloso Proer para a AES-Eletropaulo.

Os sócios tupiniquins da rapina imperialista também engordam suas vacas.

O fato é que enquanto o "mercado" vive dias de "euforia", a missão do FMI vasculha as contas do país e comemora que o país já tenha arcado com R$ 102 bilhões de juros, os banqueiros riem à toa com o aumento de 184% nos seus lucros, os trabalhadores e a maioria do povo amarga um arrocho salarial sem precedentes, um desemprego recorde e vê suas condições de vida se deteriorarem ainda mais. As vacas dos debaixo estão esqueléticas.

É hora de lutar. Greves do BB e CEF mostram o caminho.

O desemprego segue crescente. O arrocho salarial é enorme e patrões e governo não querem sequer repor as perdas salariais. A reforma agrária não existe e, além de tudo, os lutadores do campo estão sendo presos e assassinados.

Além de tudo, o governo segue com sua política de "reformas" visando retirar dreitos e esfolar os trabalhadores para pagar juros aos banqueiros. Além da reforma da Previdência, está engatilhada a "reforma" trabalhista e, na "reforma" tributária, tudo que quer o governo é manter a sangria de verbas da educação e saúde para destiná-las ao "superávit primário", manter o imposto do cheque e manter a escandalosa tabela do imposto de renda, que implica num aumento real de 30% nos descontos dos assalariados e da classe média.

Por tudo isso, a disposição de luta entre os debaixo é grande. E hoje poderia estar ocorrendo uma greve unificada envolvendo a paralisação de todo sistema financeiro, petroleiros, metalúrgicos e correios. Tal greve unificada poderia estar se combinando com manifestações populares e de sem-terra, exigindo reforma agrária, liberdade para os presos políticos do MST e, ainda, unindo-se com o funcionalismo que voltará à carga contra a reforma da previdência e pelo cumprimento dos acordos salariais que o governo está descumprindo. Enfim, poderia estar implodindo a política econômica do FMI que o governo vem aplicando.

Porém, a direção majoritária da CUT e dos sindicatos hoje é governista e tem buscado operar um verdadeiro desmonte das greves e mobilizações, atuando para impor acordos rebaixados e, conseqüentemente, pela aceitação do arrocho nos salários. Foi isso que fizeram em Correios e com os bancários dos privados.

Romper com a Alca e o FMI. Não pagar a dívida externa

Contra as direções governistas, entretanto, os trabalhadores do BB e da CEF impuseram sua greve. Os petroleiros podem e devem seguir o mesmo caminho, atropelando a FUP.

Os funcionários do BC também entraram em greve e os metalúrgicos estão em mobilização.

É preciso unificar essas greves e lutas.

E é preciso também exigir que o governo rompa com a Alca e o FMI, pare de pagar a dívida externa; retire da pauta essas contra-reformas previdenciária e trabalhista e liberte Zé Rainha e demais presos políticos.

Vacas gordas para os trabalhadores e o povo, já!

FALA ZÉ MARIA

Lula deve romper as relações com o governo da Bolívia, já

Os trabalhadores e o povo boliviano protagonizam um enorme levante popular contra o governo pró-imperialista de Sanches Lozada, que, por sua vez desencadeou uma tremenda repressão que já resultou na morte de 86 trabalhadores.

A classe trabalhadora no Brasil, os movimentos sociais e populares e as entidade do movimento estudantil devem prestar sua total solidariedade à luta antiimperialista do povo boliviano. Devemos ir as ruas, promover manifestações em frente a embaixadas e consulados bolivianos no Brasil assumindo a palavra de ordem do povo boliviano "que se vaya Goni" tomando como exemplo as manifestações de solidariedade recentemente realizadas pelos trabalhadores argentinos.

A luta que é do povo boliviano é a mesma luta dos trabalhadores do Brasil e de toda a América Latina contra todas as iniciativas do imperialismo americano em recolonizar o continente através da implementação da Alca, privatizações e dos planos do FMI.

O Brasil é um país politicamente importante da América Latina, por isso os movimentos sociais brasileiros devem exigir uma postura resoluta do governo brasileiro.

O governo Lula deve romper imediatamente as relações diplomáticas com o governo pró imperialista e assassino de Lozada e posicionar-se de modo incondicional ao lado do levante dos trabalhadores da Bolívia apoiando suas reivindicações. Tal posicionamento fortaleceria imensamente a luta do povo Boliviano, causaria grande repercussão na América Latina imporia um duro golpe na política norte americana que já correu em socorro ao governo do "gringo". Uma postura como essa também serviria como um importante ponto de apoio à luta de todos os povos contra o imperialismo.

É inadmissível que o governo Lula permaneça em silêncio, não se pronuncie incondicionalmente ao lado dos trabalhadores bolivianos para "Que se vaya Goni", ou ainda, se proponha a intermediar uma "negociação" com os imperialistas.

SUMÁRIO

PSTU.ORG.BR

Novos textos da Secretaria Nacional de Negros e Negras

Você encontrará o programa atualizado com dados sobre a situação de negros e negras no mercado de trabalho, no ensino, Cultura e violência. Há também a resolução do PSTU sobre cotas nas universidades, serviço público e publicidade

Notícias sobre a luta na Bolívia

No site você encontrará uma galeria de fotos da insurreição boliviana, além de notícias e uma entrevista com o líder indígena Felipe Quispe

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br***
Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Jeferson Choma, Luiza Castelli, Rodrigo Ricupero, Wilson H. Silva, Yuri Fujita, Valério Paiva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

FOTOGRAFIA
Alexandre Leme, Ana Luisa Martins, Sérgio Koei (capa: Eneraldo Carneiro)

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Américo Gomes, André Freire, Bruno 'Nareba', David Cavalcante, Diego Amado, Fernando Siqueira, Geraldo Carvalho, Jocilene Chagas, Maria Lucia Fatorelli, Paulo Barela, Penha Feitosa, Romier Souza, Wiliam Côrbo

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

NOME ____________________

ENDEREÇO ____________________

CIDADE ____________________

ESTADO ________ **CEP** ________

TELEFONE ____________________

E-MAIL ____________________

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
❑ 1x R$ 48	❑ 1x R$ 96
❑ 2x R$ 24	❑ 2x R$ 48
❑ 3x R$ 16	❑ 3x R$ 32
❑ Solidária R$	❑ Solidária R$ ....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura total ou parcelada para Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

Plano Plurianual do governo Lula mantém arrocho fiscal até 2007

MARIA LÚCIA FATORELLI*,
especial para o **Opinião Socialista**

O Plano Plurianual (PPA) foi instituído pela Constituição de 1988, para funcionar como o instrumento de planejamento do governo federal ao longo de cada mandato. Apresentado ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de gestão, o PPA apresenta a orientação básica das ações do governo dos quatro anos subseqüentes, e define as principais metas orçamentárias, econômicas e sociais.

Analisar o orçamento público é uma excelente forma de verificarmos quais as prioridades políticas de um governo e, conseqüentemente, quais os grupos sociais com maior poder político na sociedade. Neste sentido, analisar o PPA é fundamental para identificarmos as linhas gerais de cada mandato. O de FHC (2000-2003) previu um crescimento de 4,5% ao ano e a geração de 8,5 milhões de empregos. Porém, a falta de investimentos públicos e o corte de gastos sociais, aliados às altas taxas de juros, determinaram o péssimo desempenho econômico do período e, conseqüentemente, a não obtenção das metas. O desemprego aumentou, enquanto o crescimento foi menos da metade do previsto.

O governo Lula foi eleito devido à insatisfação com a recessão, o desemprego e a falta de perspectivas dos anos FHC. Logo, esperaríamos que houvesse, no PPA de Lula, mudanças em relação ao de seu antecessor, o que, infelizmente, não ocorreu. Na verdade, o governo Lula aprofunda ainda mais o ajuste fiscal, como demonstrado na mensagem presidencial do PPA. O trecho abaixo mostra que o arrocho se prolongará até o fim do governo:

"Primeiro, o superávit primário do setor público será mantido em um nível compatível com a redução da dívida líquida do setor público abaixo de 50% do PIB ao final de 2007. Segundo, o orçamento primário será gradualmente ajustado, de modo a reduzir o peso das despesas de pessoal e de custeio no gasto total. (...) Dada a meta de superávit primário anual de 2,45% do PIB para o Governo Central em 2004-2007, o superávit primário do setor público deverá ser de 4,25% do PIB nos próximos quatro anos"

A estratégia é aumentar o arrocho dos gastos com pessoal (como na reforma da Previdência), e privilegiar cada vez mais o setor financeiro, com o superávit necessário ao cumprimento da meta acertada com o FMI. Interessante lembrarmos que, até agosto, o superávit foi maior que os 4,25% do PIB, e a dívida ainda cresceu, de 56,5% do PIB em dezembro de 2002 para 57,7% em agosto de 2003. Até onde chegaremos com essa política suicida?

Enganaram-se também os que esperavam uma mudança de postura do governo no orçamento. Afirmavam estes que *"o orçamento do primeiro ano não era o do governo Lula, pois foi herdado do governo FHC"*. Porém, o orçamento de 2004 reserva para os gastos sociais uma quantia ainda menor que FHC, quando consideramos apenas as despesas que não resultam de obrigação legal. O orçamento do governo para 2004 gastará nestas rubricas apenas 3,38% do PIB, contra 3,86% em 2002. E os investimentos em 2004 serão de apenas R$ 7,8 bilhões, quase a metade do previsto para 2003.

O novo Plano Plurianual ainda revela uma nova face do neoliberalismo: o *Consenso de Washington II*, que consiste na tentativa de se legitimar o neoliberalismo com políticas compensatórias ou paliativas, como o *Fome Zero* - cujo orçamento anual é equivalente a apenas quatro dias de juros da dívida. Isto demonstra que as políticas neoliberais fracassaram, e que agora é necessário uma roupagem social para a tradicional política do Estado-mínimo.

É evidente que não há saída para o país sem se enfrentar a questão do endividamento público. O economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff, no dia 18 de setembro, no lançamento do Relatório Anual do FMI, afirmou:

"A Dívida Interna é grande. A Dívida Externa é muito alta. Esses problemas não desaparecem da noite para o dia e continuarão absorvendo uma parcela do crescimento nos próximos anos, a menos que o país adote medidas mais radicais (...) A Espanha entrou em default [moratória] 13 vezes na história e hoje está indo muito bem".

Recente estudo do próprio FMI demonstrou que países que decretaram moratória reduziram a carga da dívida pública de maneira consistente e experimentaram crescimento econômico nos anos seguintes. Também o economista Celso Furtado defendeu o *"default"*, afirmando que *"é preciso preparar o país para a moratória (...) Temos de agir rapidamente para fazer face às questões sociais, principalmente o desemprego. O país está parado e não sustenta essa situação por mais de dois anos."*

Já pagamos muito além do que devíamos. Defendemos a Auditoria da Dívida, para trazer à tona a verdade sobre esse processo que amarra a economia e a vida dos brasileiros. ■

**** Maria Lúcia Fatorelli é auditora fiscal da Receita Federal, presidente do Unafisco Nacional e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul***

O governo acordou com o FMI um superávit do setor público de 4,25% do Produto Interno Bruto, e está ultrapassando. O setor público registrou até agosto um superávit equivalente a 4,41% do PIB. Da meta de R$ 68 bilhões para 2003, já foram garantidos R$ 37,36 bilhões.

não evita crescimento da dívida,

A dívida líquida do setor público continuou subindo em agosto, passando para R$ 891,3 bilhões, ou 57,7% do PIB. Em dezembro de 2002, era de 56,5% do PIB.

nem do desemprego,

Em agosto, 13% da população economicamente ativa estava desempregada. Quase um ponto e meio a mais em relação ao mesmo período de 2002.

mas manterá arrocho fiscal até 2007

Em 2004 o governo gastará na área social apenas 3,38% do PIB, contra 3,86% gastos em 2002.

FOTO MARCELLO CASALJR
AGÊNCIA BRASIL

FUNDOS DE PENSÃO

Recurso tupiniquim para salvar o Tio Sam

FERNANDO SIQUEIRA*,
especial para o **Opinião Socialista**

O governo dos Estados Unidos está preocupado com os fundos de pensão porque a maioria deles está à beira do colapso. Reportagem do "*The New York Times*" informa que o controlador geral das finanças do governo inseriu a *Pension Benefit Guaranty Coporation*, a agência governamental que garante as pensões, na lista de operações governamentais de "alto risco". John Snow, secretário de Tesouro, advertiu que um colapso financeiro como o do setor de poupança e de empréstimos imobiliários, em 1989, estaria próximo de acontecer.

Em maio, em artigo publicado no "*Le Monde Diplomatique*", a redatora-chefe Martine Bulard lembrou também que os fundos de pensão nos EUA estão se inviabilizando em face do crescente número de aposentados e a redução do pessoal da ativa. E fez uma advertência: financistas americanos dedicam-se a criar, nos demais países, fundos de pensão capazes de arrematar maciçamente estes papéis jogados no mercado, a fim de evitar o colapso. "*A partir de 2005, o famoso fundo de pensão americano Calpers (dos professores da Califórnia) deverá apresentar um aumento sem precedentes do número de aposentadorias a pagar: deverá vender, em larga escala, ações em bolsa, o que resultará numa queda generalizada nas cotações e, por conseguinte, uma redução mais acentuada nos patrimônio dos fundos*", advertiu Martine.

A notícia confirma que a reforma da Previdência foi imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para gerar recursos, também no Brasil, para adquirir ações/cotas dos fundos americanos em alto risco. O governo trabalha para incluir no texto constitucional a obrigatoriedade do modelo de fundos ser de Contribuição Definida (CD). Esse modelo permite, naturalmente, a canalização dos recursos desses fundos para financeiras americanas, que os usarão para adquirir ações e cotas e salvar os fundos de pensão e o mercado de ações norte-americano.

É um alerta aos futuros servidores e aos fundos de pensão das estatais, que sofrerão pressões para migração.

A mudança para Contribuição Definida nos Estados Unidos veio tumultuar o sistema de aposentadoria norte-americano. O *NYT* lembrou que especialistas financeiros já alertavam aos administradores dos fundos para que não investissem apenas em ações, mas em títulos públicos, cujo vencimento ocorre na época em que o dinheiro das pensões é necessário para o pagamento das aposentadorias. "*Sem que a maioria dos norte-americanos saiba, um pequeno grupo de especialistas em finanças vêm já há alguns anos defendendo a posição de que os fundos de pensão estão em risco porque seus administradores investem demais em ações. Esses analistas foram vaiados durante os anos de "boom" das bolsas, na década de 90, mas depois de três anos de baixa seus argumentos começam a ser levados em consideração*".

O *NYT* informa ainda que Wall Street não está satisfeito com as sugestões dos especialistas porque os fundos de pensão têm ativos na ordem de US$ 1,6 trilhões (cerca de R$ 4,8 trilhões), que correspondem a uma importante parcela do mercado de ações. Os administradores dos fundos estão preferindo outro tipo de composição de carteiras, como operações de "*hedge*", imobiliárias e outros investimentos. ■

**** Fernando Siqueira preside a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)***

Cresce a violência no campo

Liberdade para José Rainha, Diolinda, Mineirinho e todos os presos políticos no Brasil

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Sem uma solução para os problemas estruturais e sem o combate à impunidade dos fazendeiros mandantes, nas últimas semanas a violência no campo só aumentou. Em Pernambuco, Fernando Martins Albuquerque foi morto e seu tio Enílton Martins Silva, coordenador do Movimento de Luta dos Sem-Terra (MLST) de Alagoas, está ameaçado de morte. Em Rondônia, na cidade de Nova Mamoré, foram assassinados cinco sem-terra, que seriam ligados à Liga Camponesa dos Pobres (LCP) e um segurança.

Mesmo com os mais de 30 presos políticos no país, o governo Lula continua sem sequer se pronunciar contra a criminalização dos lutadores sociais. Tampouco combate a impunidade dos fazendeiros, permitindo que se atinja a marca de mais de 50 assassinatos nestes nove meses, com centenas de dirigentes perseguidos e torturados. Nada acontece com os assassinos e torturadores e a reforma agrária não avança.

Pelo silêncio, pela impunidade e pela paralisia da reforma agrária, o governo Lula é cúmplice das prisões e assassinatos no campo.

COLOCANDO O BLOCO NA RUA

Mesmo com muitas dificuldades políticas, financeiras e operacionais, a Campanha pela Libertação dos Presos Políticos cresce em São Paulo. No dia 8 de outubro, o gabinete do deputado Renato Simões (PT) impulsionou a realização de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa contra a criminalização dos movimentos sociais e pela liberdade dos presos do MST. A audiência foi bastante representativa, com a presença de parlamentares e representantes de vários partidos, como o PT, o PCdoB e o **PSTU**.

O cartaz da campanha já começou a ser distribuído, assim como o adesivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e o abaixo-assinado pela libertação dos presos.

Vários atos estão programados em São Paulo:

23/10 - Largo São Francisco;

3/11 - Caminhada do Largo São Francisco ao Tribunal de Justiça, para a entrega do recurso pela liberdade dos lutadores.

3 a 5/11 - Fórum dos Sem Terrinha

Chega de mártires. Vamos às ruas!

BB e CEF ENTRAM EM GREVE!

BANCÁRIOS DO BB E CEF LUTAM PELOS 21,58% E ENFRENTAM TENTATIVAS DE DESMONTE DAS GREVES PELAS DIREÇÕES GOVERNISTAS

FOTO ENERALDO CARNEIRO / DOCUMENTA

PIQUETE no prédio central do Banco do Brasil no Rio de Janeiro (RJ)

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

Em assembléias massivas realizadas no dia 13, os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal passaram por cima da direção majoritária (*Articulação*), rejeitaram a proposta das empresas e foram à greve.

Depois que a maioria da direção fechou acordo rebaixado nos bancos privados, tudo parecia caminhar para o encerramento da campanha salarial nos bancos federais.

A CEF informava que seguiria a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban): 12,6% de reajuste, contra a reivindicação de 21,58%. O BB propôs um reajuste de 12,6% sobre o piso salarial, gratificação de caixa e, aos que ganham acima do piso, reajuste de 6,14% sobre o salário-base. Os dirigentes da *Articulação* na Comissão de Empresa dos Funcionários e na Confederação Nacional dos Bancários (CNB) defenderam a proposta e foram derrotados em assembléias do país inteiro. A greve seguiu forte e radicalizada.

No dia 16, sentindo a força da greve, a direção do BB aceitou a proposta da FENABAN, de 12,6% para todos. Só que isso ainda é muito pouco! O arrocho é grande e a força da greve mostra que é possível arrancar os 21,58%. É a greve mais forte em 12 anos.

Assim que essa proposta foi oficializada, os dirigentes da *Articulação,* em aliança com a direção do BB, começaram uma operação desmonte para aprovar essa proposta rebaixada nas assembléias do dia 16. Em Brasília, mais de quatro mil bancários vaiaram o presidente do sindicato, rejeitaram a proposta e mantiveram a greve.

Quando fechávamos esta edição, as direções majoritárias dos sindicatos conseguiam aprovar a proposta e acabar com a greve. ■

PROPOSTA DOS BANCOS OBEDECE À POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

Os bancários dos bancos privados assinaram o pior acordo em quatro anos: 12,6% de reajuste, enquanto as perdas foram de 21,58% e o lucro dos banqueiros aumentou 184%. Nas estatais, a ordem do governo é economizar para o superávit primário.

A luta do BB e da CEF, portanto, não é apenas contra as direções dos bancos, mas também contra a política econômica do governo e do FMI. ■

Direções governistas aceitam arrocho e tentam desmontar a luta

A direção majoritária – *Articulação* e PCdoB – conseguiram tirar os bancários dos bancos privados da greve, assinando um acordo rebaixado. E têm sido um obstáculo para a greve no BB e na CEF.

Os bancários destes bancos estatais tiveram que, literalmente, passar por cima das comissões de empresa dos funcionários e da maioria das direções sindicais para irem à greve. A *Articulação* e o PCdoB a todo o momento fazem o jogo do governo na campanha salarial.

Primeiro, não unificaram a categoria, tirando os bancários dos bancos privados da campanha com uma proposta rebaixada.

Depois, no BB e na CEF, defenderam nas assembléias do país inteiro a proposta das empresas, quando foram vaiados e derrotados. E, agora, buscam todo tipo de manobra para acabar com a greve.

Estão tentando negociar com as empresas uma nova proposta com o mesmo objetivo: rebaixar as reivindicações.

Em Brasília, a assembléia do dia 14 – primeiro dia de greve – foi realizada em um local distante, para que quem estivesse nos piquetes não fosse. Ao mesmo tempo, convocaram os comissionados em peso, para ajudar a encerrar a greve. Quebraram a cara! Os bancários foram à assembléia, votaram a continuidade da greve e reafirmaram as reivindicações: reposição das perdas do ano mais produtividade (21,58%), isonomia aos novos e plano de reposição das perdas passadas.

Nenhuma confiança nas direções. Que a base tome conta da greve e das negociações!

As lições aprendidas na greve dos Correios e nesta campanha salarial de bancários mostram que os trabalhadores não podem confiar nas direções governistas.

Devemos seguir o exemplo dos bancários do BB de Brasília, que destituiram a comissão de empresa dos funcionários, e do pessoal da CEF do Rio de Janeiro, que elegeu representantes da base para a comissão de empresa dos funcionários.

Dirigentes grevistas do BB falam sobre a luta

JEFERSON CHOMA,
da redação

As greves do BB e CEF mostram força no país inteiro. Foi no corre-corre dos piquetes que conversamos com dois companheiros que estão na liderança da greve no Rio e em Brasília. Eles falam sobre a greve, sobre a luta contra a "operação desmonte" das direções sindicais governistas e sobre o papel do governo nesse processo.

CYRO GARCIA, funcionário do BB, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e militante do PSTU.

"A política das direções sindicais é equivocada, eles estavam pressionados pelo governo e sua política econômica de assegurar o superávit primário e arrocho salarial e por isso defenderam um acordo extremamente rebaixado, aquém da disposição de luta da categoria.

A proposta apresentada pela direção do BB e da CEF é ainda mais rebaixada do que a proposta da FENABAN e impõe a continuidade do arrocho salarial. Depois de fazerem uma reunião com a comissão de empresa dos funcionários (também governista), a direção majoritária sindical aceitou a proposta do BB. E indicaram para as assembléias de base a sua aprovação. Foram derrotados nas assembléias do país inteiro. Os bancários deram uma verdadeira bofetada na cara das comissões de empresa dos funcionários e na direção sindical majoritária. A disposição de luta é grande, os bancários não podem mais conviver com o arrocho salarial".(...)

SILVIO SOARES FILHO, delegado sindical do BB Brasília e membro do Comando local greve.

"Houve muita pressão dos bancários em cima do sindicato, que não queria nem fazer assembléia por conta da sua relação com a diretoria dos bancos. A pressão da base forçou o sindicato a chamar as assembléias. Nas assembléias, porém, a direção do sindicato foi derrotada pela base. O sindicato não queria realizar a paralisação de 24 horas no dia 18/9 mas perdeu.

A categoria percebeu, nas assembléias, que as pessoas que compõem o sindicato e a comissão de empresa dos funcionários eram das mesma correntes - Articulação Sindical e CSC (PCdoB) - dos diretores da empresa.

Por essa razão, antes mesmo de iniciar a greve a comissão de empresa dos funcionários, responsável pela negociação, foi destituída pela base.

Temos que dar continuidade à luta contra a direção do BB e também contra a direção do sindicato para darmos seqüência a greve. A direção sindical e do BB vão tentar desmontar a greve.

Por outro lado, a categoria começa a fazer uma experiência com o governo Lula, no qual depositavam muitas esperanças, mas agora começam a ver que ele quer manter o arrocho".

Funcionários do Banco Central também entram em greve

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

Quando fechávamos esta edição, os funcionários do BC haviam acabado de votar greve por tempo indeterminado. Há mais de 852 dias eles estão lutando pela implementação de um plano de cargos e salários (PCCS).

Depois de muita luta e mobilização, arrancaram a promessa do governo de enviar o projeto do PCCS ao Congresso Nacional até o dia 15 de outubro. Mais uma vez o governo mentiu e não cumpriu o que prometeu. Por isso os funcionários do Banco Central em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador entraram em greve.

É fundamental uma luta conjunta de todos os bancários em greve - BB, CEF e BC – para garantir a vitória da greve e a conquista das reivindicações.

PETROLEIROS DEVEM SEGUIR O MESMO CAMINHO

WILLIAM CÔRBO,
de Duque de Caxias (RJ)

O governo e a direção da FUP (Federação Única dos Petroleiros) estão tentando passar um acordo rebaixado para atender as exigências do FMI de manter o superávit primário e pagar a dívida externa. Não existe nenhuma justificativa para a Petrobrás não atender às nossas reivindicações, pois o lucro e o crescimento da empresa não justificam o desrespeito aos trabalhadores. Depois das mobilizações de 24 horas do dia 10 e do dia 25/9, que só não aconteceram onde o sindicato não se fez presente, foi afirmada a rejeição à contraproposta da empresa, o repúdio ao governo e à postura da FUP que enrola a categoria e assume seu lado governista ao defender uma proposta rebaixada de José Eduardo Dutra e Lula.

A empresa, ao romper as negociações, deixa claro que não irá ceder sem luta e coloca os compromissos com o FMI acima das necessidades da categoria. É assim também com bancários, Correios e metalúrgicos.

A FUP, por sua vez, já demonstrou que não está à altura de conduzir essa campanha, pois desde o início vem tendo uma postura governista, colaborando com a enrolação da empresa. Por isto, as assembléias devem rejeitar a proposta da empresa, aprovar a manutenção de nossa pauta de reivindicações votada no Congresso da Federação Única dos Petroleiros e seguir o caminho do BB e da CEF: preparar a greve da categoria. É a única linguagem que os defensores do superávit primário irão entender.

Unificar a luta dos bancários, petroleiros e metalúrgicos

Chega de vacas magras para os trabalhadores e vacas gordas pra banqueiros e empresários

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

Bancários, petroleiros e os metalúrgicos (que também estão em campanha e realizando paralisações) estão enfrentando os mesmos adversários: o governo, o FMI, os empresários e direções de empresas.

A política econômica do governo é de arrocho salarial e retirada de direitos para os trabalhadores e pagamento de juros astronômicos para os banqueiros e lucro nas alturas para os empresários.

Só a média anual de lucro dos bancos subiu, em dez anos, de R$ 200 milhões para R$ 1,5 bilhão.

A unificação das campanhas salariais e da luta dessas categorias é decisiva para derrotar essa política econômica.

E só uma nota assinada pelos dirigentes da FUP, CNB e o presidente da CUT, feita para inglês ver, não basta! É preciso plenárias unificadas que organizem atos, passeatas e construam a greve unificada de todas as categorias. BB e CEF deram a partida. Os demais devem entrar já nessa briga!

CHEGA DE ARROCHO. QUE LULA ROMPA COM A ALCA O FMI E PARE DE PAGAR A DÍVIDA EXTERNA

Sem romper com a Alca, o FMI e parar de pagar a dívida externa, o governo Lula só oferecerá arrocho, desemprego e retirada de direitos para os trabalhadores. Essa política só beneficia os capitalistas.

Prova disso, é que no orçamento do governo a prioridade é o pagamento da dívida externa, assim como a prioridade das estatais é garantir dinheiro para o superávit primário.

Já na "reforma" tributária, o governo cobra ainda mais impostos dos pobres e dos trabalhadores, também para pagar a dívida. Vide o escândalo do congelamento da alíquota do imposto de renda, que vai comer os pífios reajustes de salário.

Por isso, os trabalhadores devem votar nas suas assembléias e incluir, nas suas reivindicações, a exigência de que o governo rompa com a Alca, o FMI e pare de pagar a dívida externa.

FOTO SÉRGIO KOEI

ASSEMBLÉIA que deflagrou a greve no Banco do Brasil de São Paulo

VACAS GORDAS

Lucro somado de **BB, Bradesco, Itaú, Unibanco, Safra e Nossa Caixa** nos primeiros seis meses deste ano foram de R$ 4,6 bilhões.

Lucro da **Petrobrás** R$ 9,372 bilhões (acumulado até julho)

As **montadoras** tiveram um aumento da produção de 22,5% superior ao mês de agosto. E as vendas aumentaram 24% em relação ao mês passado

VACAS MAGRAS

Desemprego recorde de 13% da população economicamente ativa (IBGE)

Queda de 13% da **renda** em 12 meses

Perda salarial dos bancários: 21,58%

Perda salarial dos petroleiros: 23,35%

UMA REVOLUÇÃO S

YURI FUJITA*,
da redação

Após anunciada a venda do gás boliviano pelo presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, *"el Goni"*, como é conhecido, massivas mobilizações populares estouraram por todo o país.

Desde 30 de setembro, trabalhadores do campo e da cidade, com a juventude, paralisaram suas atividades respondendo ao chamado de greve geral da Central Operária Boliviana (COB) e realizaram radicalizados protestos e bloqueios de estradas, exigindo a nacionalização do gás e do petróleo e a saída imediata de *Goni* do governo. O governo pró-imperialista de Sánchez de Lozada respondeu à essa mobilização com uma feroz repressão, que deixou dezenas de mortos e feridos. A mobilização se estendeu para todo o país e a Bolívia vive nestes dias um levante popular.

LUTA CONTRA IMPERIALISMO NÃO COMEÇOU HOJE

A intensa resistência dos últimos dias lembra as grandes passeatas contra a privatização da água que aconteceram em 2000 em Cochabamba, que barraram a venda da água e quase levaram Evo Morales – deputado federal e dirigente dos produtores da folha de coca – à Presidência da República.

O levante popular que sacode a Bolívia é continuidade da luta que derrotou o tarifaço de fevereiro, que, atendendo ao FMI, levaria à redução dos salários dos trabalhadores bolivianos em até 12,5%. Naquele momento, a mobilização explodiu devido à insubordinação da polícia que aderiu à luta: o saldo foi de 30 mortos e a retirada do decreto pelo governo.

Numa autêntica revolução – trabalhadores urbanos à cabeça das mobilizações e divisão interna tanto nas forças armadas quanto na polícia – as principais direções do movimento camponês, como Evo Morales (MAS) e Felipe Quispe (MIP), se recusaram a colocar em xeque o governo e convocar os trabalhadores do campo a se somarem à luta.

Após esta turbulência, o governo de *Goni*, sem qualquer chance de aplicar os planos de ajuste fiscal, continuou no poder, semi-paralisado.

Já o movimento iniciou amplos debates sobre como seguir a luta, na medida em que se avizinhava o projeto do governo de vender a maior parte do gás para grandes multinacionais dos EUA.

PARA ONDE CAMINHA O MOVIMENTO?

Após uma semana de greve geral, chamada pela COB para derrotar *Goni* e seus planos, houve um importante encontro sindical e popular na Universidade de El Alto (cidade próxima a La Paz). Neste evento, pretendia-se, além de organizar a continuidade da luta contra a venda do gás, indicar um caminho para o movimento.

Aprendidas as lições da insurreição dos dias 12 e 13 de fevereiro deste ano, a COB (retomada em seu último congresso das mãos do "oficialismo governista") colocava como tarefa para o movimento a derrubada do governo, como forma de parar os planos neoliberais, e exigia um posicionamento claro de apoio à greve geral por parte dos principais dirigentes dos movimentos camponeses: Evo Morales e Felipe Quispe "Malku".

Evo, grande referência para a maioria do movimento boliviano, até semana passada não havia orientado o movimento *cocalero* a se somar à greve geral e estava fora do país, em um encontro de parlamentares na Suíça. Além disso, ele insistia em se declarar *"a favor da democracia"* e defender uma saída negociada do conflito.

"QUE SE VAYA GONI!"

Com o governo extremamente debilitado, sem acordo entre a burguesia boliviana sobre decretar estado de sítio e reprimir intensamente o movimento ou recuar no projeto de exportação de gás e substituir *Goni* por seu vice, o movimento avança no questionamento ao governo e ao regime.

A partir do dia 12, apoiando-se no Exército, nos EUA e na Organização dos Estados Americanos, *Goni* – *"o gringo"*, como é chamado – desata uma forte repressão, matando dezenas em El Alto. A repressão faz o movimento crescer e o levante toma La Paz e todo o país. *"Que se vaya el Goni"* e *"pelo gás"* ecoam por toda a Bolívia.

Os mortos e o levante generalizado contra o governo impedem que qualquer setor dirigente do movimento aceite uma saída negociada, que inclua a permanência de *Goni* no governo, como antes haviam apontado alguns setores, propondo que esse governo fizesse um referendo sobre o gás.

Goni, quando fechávamos esta edição, estava cada vez mais isolado, porém seguia jogando o exército contra os manifestantes. Já existiam 86 mortos no conflito.

Mas, neste momento, os trabalhadores e o povo boliviano (mineiros, indígenas, *cocaleros*, professores, juventude, etc), mesmo sofrendo uma dura repressão, seguem nas ruas. ■

NEM UM PASSO ATR

DECLARAÇÃO DO **MOVIMENTO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES** D

Com o apoio estrangeiro de Bush e da OEA, respaldado somente pelas Forças Armadas e comandos policiais, repudiado por todo o povo, o governo assassino de Lozada ainda vem propor *"referendo consultivo por estados sobre o gás, revisão da lei de hidrocarbonetos e incorporação de uma Constituinte na Constituição Política do Estado"*.

Que melhor referendo que as mobilizações em todo o país? Não pedimos mudança para que não se mude nada! Fora *Goni* assassino e entreguista!

Nem um passo atrás! Não há negociação possível. Devemos impulsionar a Greve Geral a nível nacional. Promover a auto-defesa ou milícias armadas para enfrentar a repressão. Nas mobilizações, chamar policiais e militares de base a se unir aos trabalhadores.

Os grandes proprietários de fábricas e terras, assim como as multinacionais, sustentam o governo. Nesta insurreição de massas, nós, os trabalhadores, devemos permanecer passivos ou, pelo contrário, devemos tomar fábricas e terras? Devemos fazer o que os mineiros propuseram: tomar as minas de *Goni*. Temos que nos organizar em torno a COB e fortalecê-la como organismo de centralização e de duplo poder operário, camponês e popular.

Quem deve governar depois de *Goni*? Esta é uma discussão central. Dizemos que devem governar os trabalhadores do campo e da cidade, ou seja, nós, que derrotamos o governo com nossa luta. Os trabalhadores e o povo, organizados na COB com seus dirigentes na cabeça - Solares, Evo, Loayza e Malku. Por isso, a tarefa fundamental, junto com a derrubada do governo, é organizar a tomada do poder pela COB. Não é correto que quem derrote o governo, com tantos mortos e feridos, entregue o poder a um burguês, seja o vice, o Congresso, ou algum notável do corrupto Judiciário. Uma saída como essa, uma das

FORA O GOVERNO ENTREGUISTA E ASSASSINO!

NÃO ÀS MANOBRAS DE GONI!

CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO BOLIVIANA

06 DE AGOSTO 2002
Gonzalo Sánchez de Lozada é eleito presidente pelo Congresso, derrotando o líder *cocalero* Evo Morales (MAS).

JANEIRO DE 2003
Primeira onda de protestos contra a tentativa do governo de erradicar o plantio de coca. A repressão é brutal, causando a morte de 12 pessoas.

FEVEREIRO DE 2003
Congresso da COB derruba antiga direção e aprova plataforma de luta contra o governo. Nova onda de protestos é convocada pela COB contra o *tarifaço* do governo. O saldo da repressão de *Goni* é de 24 mortos.

ABRIL DE 2003
Outra paralisação convocada pela COB pára a Bolívia por 24 horas.

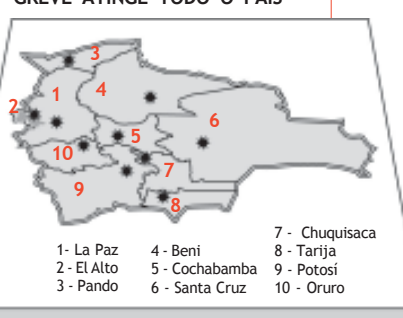
15 E 20 DE SETEMBRO DE 2003
Camponeses da região do lago Titicaca iniciam bloqueios de estrada em protestos contra a exportação de gás para os EUA.

29 DE SETEMBRO
A COB convoca greve geral por tempo indeterminado exigindo a renúncia de *Goni*. Após uma semana de greve o relutante MAS de Evo Morales adere à greve.

9, 10 E 11 DE OUTUBRO
Na cidade industrial de El Alto, próxima à La Paz, a greve começa a se radicalizar.

12 E 13 DE OUTUBRO
Uma verdadeira insurreição toma conta de El Alto e se generaliza pela capital. Manifestantes enfrentam o Exército por toda a cidade. Barricadas são erguidas e bloqueiam a capital. Lozada suspende a venda de gás, mas a população segue nas ruas gritando *"que se vá el gringo"*.

14 DE OUTUBRO
Os EUA dão apoio a Sánches de Lozada. Continua a greve geral por tempo indeterminado até a derrubada de Lozada e já há crise de abastecimento em La paz em função do cerco promovido pelos operários e camponeses. O saldo até aqui é de 86 manifestantes mortos.

GREVE ATINGE TODO O PAÍS

SACODE A BOLÍVIA

FOTOS INDYMEDIA

ATRÁS!

ALHADORES DA BOLÍVIA **(LIT-QI)**

cartas na manga do imperialismo, já se deu no Equador e na Argentina, e os novos governos seguem aplicando planos do FMI. Agora corresponde aos trabalhadores governar através de seus próprios organismos de classe.

Que governe a COB para que se recupere o gás, se deixe de pagar a dívida externa, se rechace a Alca. É o único caminho para a libertação nacional e social. Exigimos que as direções majoritárias da COB, Solares, Evo, Malku e Loayza rompam com a burguesia e lutem, agora, por esta saída de classe, operária e camponesa, abandonando à sua própria sorte o imperialismo e sua democracia dos cemitérios.

Chamamos os trabalhadores e o povo a persistir na luta até derrotar este governo assassino. E, aos lutadores que estejam por uma saída operária e camponesa, a se juntarem para construir uma direção revolucionária que conduza até o final a luta dos trabalhadores por seu próprio poder e o socialismo.

QUEM É QUEM

MAS
Movimento ao Socialismo, liderado por Evo Morales, dirigente do movimento camponês *cocalero*

MIP
Movimento Indígena Pachakuti, liderado pelo deputado Filipe Quispe

MST
Movimento Socialista dos Trabalhadores, seção boliviana da **Liga Internacional dos Trabalhadores** (LIT-QI)

COB
Central Operária Boliviana, que em 1952 e no processo revolucionário de 1985 cumpriu o papel de organismo de duplo poder. A central operária organiza também camponeses, estudantes e indígenas e, neste ano, retomou seu protagonismo. É dirigida por Jaime Solares

COD
Central Operária Departamental de Cochabamba

CSUTCB
Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia, ligada ao MIP

NFR
Nova Força Republicana, partido burguês da coligação governamental que defende a convocação de uma Assembléia Constituinte

UCS
União Cívica Solidariedade, partido burguês de oposição

MIR
Movimento da Esquerda Revolucionária, do ex-presidente Jaime Paz Zamora, participa do governo

MNR
Movimento Nacionalista Revolucionário, partido do presidente Sánchez de Lozada

DECLARAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (LIT-QI) – 15/10/2003

Todo apoio ao levante dos trabalhadores bolivianos contra o imperialismo e seus agentes assassinos

Mais uma vez a classe operária e o povo boliviano mostram o caminho aos seus irmãos latino-americanos. A heróica luta dos trabalhadores e camponeses bolivianos para impedir o governo do agente do imperialismo, *Goni* Lozada, de entregar o gás para as empresas norte-americanas a preço vil levou a uma insurreição que polariza todo o país. O gás boliviano é a segunda reserva do mundo e os saqueadores imperialistas e seus asseclas nativos – que vêm aplicando impiedosamente o neoliberalismo, que privatizaram todas as principais empresas, que já roubaram a prata e o estanho do país – pensavam em completar o roubo sem reação popular. No entanto, os trabalhadores e o povo boliviano perderam a paciência e partiram para o enfrentamento.

Primeiro os camponeses de Altiplano paralisaram as estradas de sua região e enfrentaram a repressão governamental em Warisata, onde foram mortos pelo menos 5 pessoas. A partir de 29 de setembro, os trabalhadores, convocados pela Central Operária Boliviana (COB), começaram uma greve geral com bloqueio de estradas, que tinha (além da defesa do gás) o objetivo explícito de derrubar o governo fantoche do imperialismo. Este processo se estendeu, cercando a capital e, em particular, paralisou totalmente a cidade de El Alto.

A esse verdadeiro levante nacional, o regime de *Goni*, do MNR e do MIR, respondeu com a repressão militar usando armas de fogo contra civis, tendo já assassinado pelo menos 86 pessoas, incluíndo um menino de 5 anos, e ferindo dezenas em El Alto e nas estradas que circundam a capital.

Outros setores estão se somando a esse levante: trabalhadores dos transportes, professores, camponeses de outras regiões, como Cochabamba e Oruro, isolando cada vez mais o governo, que só sabe responder com repressão armada, em nome da "democracia"!

Frente a isso, vendo o barco afundar, alguns setores da burguesia boliviana e de governos latino-americanos falam em "retomar o diálogo" e em chegar a um grande pacto nacional em defesa da "democracia", sendo que alguns deles falam em "refundar a Bolívia" através de alguma "reforma constitucional" ou Assembléia Constituinte.

Infelizmente, setores de esquerda bolivianos fazem eco a este tipo de proposta que busca salvar o regime democrático colonial, ainda que às custas de uma diminuição ou mesmo entrega do poder de *Goni*.

Em primeiro lugar, é necessário apoiar a luta dos trabalhadores e do povo até a derrubada do governo Goni. Em segundo lugar, não é necessário encontrar mediações ou dar um fôlego para que um novo *Goni*, como seu vice Mesa, saia de uma negociação entre setores das oligarquias e continue a entregar o país. Não pode ser que essa luta heróica termine em uma saída constitucional burguesa para que, na sequência, se continue aplicando os planos do FMI e do imperialismo, como na Argentina e Equador.

POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES

O único caminho para acabar com a fome, o entreguismo e a recolonização do país é um governo dos trabalhadores e camponeses. É preciso unir a COB, as organizações camponesas e populares e formar um governo baseado na imensa maioria do povo boliviano, que tome em suas mãos a tarefa de defender as riquezas como o gás, mas também de expulsar o imperialismo e assumir a condução do país.

Esse governo deveria ser constituído pela COB, com a participação da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e das forças políticas de esquerda, como o MAS de Evo Morales, o MIP de Felipe Quispe (o *Malku*) e deveria assumir como suas bandeiras a defesa do gás e das riquezas do país para colocá-las a serviço dos trabalhadores e do povo boliviano, o não pagamento da dívida externa, a ruptura com a Alca e o FMI.

Todo apoio à luta da COB, à greve geral e aos bloqueios de estradas. Gás para o povo boliviano, não para as multinacionais imperialistas!

Abaixo o Governo de Goni e o FMI! Ruptura de relações diplomáticas com esse governo assassino agente do imperialismo!

Nem pactos, nem acordos com a oligarquia! Por um Governo da COB com Solares, Evo Morales e Malku!

Esta luta também é nossa!

O que acontece na Bolívia é do interesse de todos os trabalhadores e povos latino-americanos. Assim como em 1952, a grande revolução boliviana mostrou a possibilidade de um processo revolucionário operário na América Latina, agora a greve geral com bloqueio de estradas faz estremecer um governo que se notabilizou por seu servilismo ao grande amo do norte. Uma vitória dos trabalhadores bolivianos será uma vitória de toda a América Latina contra as burguesias entreguistas e o imperialismo norte-americano. Seria uma vitória contra a Alca, contra o FMI, pela defesa da independência nacional contra a submissão ao imperialismo e contra os governos colonizados que reprimem seus povos. Devemos rodear de solidariedade essa luta e aprovar em todas as organizações operárias e populares o **apoio ao levante dos trabalhadores bolivianos** e exigir dos governos latino-americanos **a imediata ruptura de relações com o governo assassino de *Goni*.**

SEMINÁRIO DISCUTE REFORMAS TRABALHISTA E SINDICAL

JOCILENE CHAGAS,
de São José dos Campos (SP)

Nos dias 30 de setembro e 1º de outubro foi realizado, no Sindicato dos Químicos de São Paulo (SP), o *Seminário sobre as Reformas trabalhista e sindical*, com a participação de cerca de 250 dirigentes sindicais.

Organizado pela Fenam (Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT); o Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades Brasileiras); a Fenasps (Federação Nacional dos Trabalhadores da Previdência) e a FSDMG (Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais), o Seminário contou com a participação, como palestrantes, do sociólogo e professor da Unicamp, Ricardo Antunes; do historiador da UFF, Marcelo Badaró; da advogada trabalhista e professora da PUC/MG, Ellen Mara Ferraz e do juiz aposentado e professor da PUC/MG, Márcio Túlio Viana.

Ao final foi traçado um plano de luta e discutida a necessidade de se ampliar a mobilização nos estados para organizar os trabalhadores em defesa dos seus direitos.

Entre as principais resoluções estão a reprodução dos debates nos estados; a realização de uma plenária sobre as reformas no Fórum Social Brasileiro (quadro ao lado); criação de comitês regionais e publicação de uma cartilha.

DIREITOS NA MIRA DO GOVERNO

Pós reforma da Previdência, o governo Lula gira seu canhão para as reformas sindical e trabalhista, que começaram a ser discutidas no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Este fórum é formado por representantes do capital e do governo, contando com a participação da direção da CUT e Força Sindical.

FOTO MANOEL PEREIRA

MESA sobre conjuntura com Ricardo Antunes (Unicamp), José Domingues (Andes) e Marcelo Badaró (UFF)

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, o *Mancha*, os trabalhadores e suas entidades jamais deveriam participar do FNT: *"O Fórum foi criado para legitimar os ataques brutais que o governo pretende fazer aos direitos dos trabalhadores. O papel da CUT deveria ser o de organizar os trabalhadores para lutar por direitos e não ficar discutindo entre quatro paredes a melhor forma de atacar os trabalhadores"*.

O primeiro alvo do governo será a reforma sindical. O objetivo é enfraquecer a organização dos trabalhadores para, em seguida, tentar aprovar com maior facilidade a reforma trabalhista, que visa flexibilizar direitos históricos da classe trabalhadora..

Para se ter uma idéia do ataque e do nefasto papel da direção governista da CUT e seus aliados, entre as propostas previstas na reforma sindical está a permissão às centrais sindicais de negociar diretamente com empresários, passando por cima do sindicato da categoria e das assembléias de base. Segundo a advogada trabalhista Ellen Mara Ferraz, o que se pretende é facilitar acordos que reduzam direitos: *"Mesmo sem a aprovação de sua base, a central sindical poderia, por exemplo, assinar um acordo permitindo a adoção de banco de horas. Esta estrutura prejudica a disputa pelas reais pautas dos trabalhadores e pode enfraquecer a luta pelo absoluto direito de greve, fim da hora extra e criminalização do empregador que não assina carteira. Por isso, defendo que a central negocie nos limites do que for determinado pela assembléia do sindicato"*.

Outras propostas do governo incluem a adoção de mais de um sindicato por base, a existência de sindicatos por empresa e a nova legislação sobre as centrais sindicais.

ORGANIZAR A GUERRA CONTRA A REFORMA TRABALHISTA

A reforma sindical pretendida pelo governo é uma espécie de ponte em direção à reforma trabalhista. Os empresários querem reduzir seus custos e aumentar ainda mais seus lucros através da flexibilização de direitos — como 13º, férias, multa de 40% do FGTS, entre outros.

Falando ao seminário, o professor da Universidade Federal Fluminense Marcelo Badaró lembrou que a reforma trabalhista pretendida pelo governo Lula é a mesma de Fernando Henrique. Segundo ele, flexibilizar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) era, e ainda é, a essência da proposta.

O ministro do Trabalho, Jacques Wagner, já chegou a declarar que uma das alternativas para as pequenas empresas seria a flexibilização de direitos. Chegou a chamar também esses direitos de "penduricalhos" na CLT, que precisariam ser revistos.

Fazendo eco ao recado do ministro, na Campanha Salarial dos Metalúrgicos vários grupos patronais apresentaram uma "pauta de reivindicações" aos sindicatos, que inclui redução de direitos, como o valor do adicional noturno, parcelamento das férias e do 13º e fim da estabilidade ao portador de doença ocupacional ou vítima de acidente de trabalho.

Para o presidente do **PSTU** e membro da Executiva da CUT, José Maria de Almeida, o Zé Maria, é preciso informar os trabalhadores sobre o significado dessas reformas. *"Temos que armar o trabalhador para uma guerra. É preciso organizar e mobilizar para defendermos nossos direitos. Como pressuposto para qualquer discussão, os sindicatos devem exigir a garantia de organização no local de trabalho; direito absoluto de greve; manutenção dos direitos atuais e redução da jornada de trabalho sem redução de salário"*, ressaltou. ■

Debate no Fórum Social Brasileiro

Durante o Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, entre 6 e 9 de novembro, haverá uma atividade convocada pelos organizadores do *Seminário sobre as Reformas Trabalhista e Sindical* para debater os desafios que o movimento sindical não-governista irá enfrentar na luta contra mais este ataque neoliberal do governo Lula.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Plenária nacional vota continuidade da luta

PAULO BARELA,
de Brasília (DF)

Após a poderosa greve do início deste semestre, que foi marcada por grandes marchas à Brasília – como a que reuniu mais de 70 mil no dia 6 de agosto –, os servidores federais continuam a luta contra a privatização da Previdência, agora com novo *round* no Senado Federal.

Reunidos em Plenária Nacional no dia 11, os servidores aprovaram um calendário de lutas que aponta para mobilizações nos estados, em Brasília e no Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte (quadro ao lado).

LULA ROMPE ACORDOS DE GREVE E PARTE DAS DIREÇÕES APLAUDE

Os representantes do governo vêm apresentando propostas rebaixadas na reconfiguração das carreiras do serviço público, rompendo acordos, buscando economizar para o superávit primário.

Mais lamentável é o papel de direções que estão defendendo as propostas rebaixadas do governo nas assembléias, o que só explicita o caráter governista de algumas direções sindicais no serviço federal. Foi assim na ASSIBGE/SN, onde a maioria da Executiva Nacional defendeu uma proposta de parcelamento do reajuste na GDACT (Gratificação com Avaliação de Desempenho) de 50% até o ano de 2005 e na FASUBRA, onde o PCdoB e a *Tribo* (identidade da *Articulação* no setor), defenderam um reajuste miserável de 5% em média este ano, à título de "recomposição salarial". Os militantes do **PSTU**, na base e direção dos sindicatos, defenderam a rejeição de tais propostas e propuseram a mobilização da categoria.

PREVIDENCIÁRIOS VÃO PARAR DIA 5 DE NOVEMBRO

Na Previdência, o governo está rompendo com o acordo de pagamento de 47% do PCCS, acertado na greve de 2001 e reafirmado ao final da greve deste ano. Seguindo a mesma lógica de FHC, o governo Lula promete mas não cumpre. Neste caso, está revendo a proposta de extensão do benefício para os funcionários da saúde e Delegacias Regionais do Trabalho. O governo quer combinar a extensão do benefício à implantação de um sistema de avaliação de desempenho. Através deste sistema, nem todos terão direito ao reajuste integral e os benefícios não serão estendidos aos aposentados e pensionistas.

Em plenária nacional, no dia 10, os trabalhadores da Previdência aprovaram uma mobilização nacional, tendo como referência uma paralisação nacional em 5 de novembro. ■

CALENDÁRIO APROVADO NA PLENÁRIO NACIONAL DOS SERVIDORES

23 DE OUTUBRO
Atos públicos dos servidores federais, estaduais e municipais nos estados

28 DE OUTUBRO
Dia Nacional de Luta, com indicativo de paralisação e ato público em Brasília

6 A 9 DE NOVEMBRO
Passeata contra a privatização da Previdência, no Fórum Social Brasileiro

Aceitar a Alca abrangente, a light ou romper já as negociações?

JOÃO RICARDO SOARES,
da redação

Entre 29 de setembro e 3 de outubro, em Trinidad e Tobago, ocorreu a XV Reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) da Alca que prepara os temas a serem deliberados na Reunião Ministerial que ocorrerá em Miami, nos dias 20 e 21 de novembro.

Logo após a reunião, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, disparou que o Brasil tinha se portado de forma "intransigente" e "rígida" pelo fato do Itamaraty ter mantido o projeto da Alca *light*.

A crise seguiu, quando fontes do próprio governo começaram a "fritar" o secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães. A revista *Veja* fez estardalhaço *"as relações exteriores se tornaram muito sérias e complexas para serem deixadas nas mãos do Itamaraty"*.

Estes fatos demonstram uma clara ofensiva dos EUA no sentido de ratificar a Alca em 2005. Esta ingerência norte-americana merece nosso total repúdio.Ela tem como porta-vozes dos interesses imperialistas, além de parte da imprensa burguesa, os ministros Furlan, Rodrigues, etc.

APOIAR O ITAMARATY OU EXIGIR RUPTURA DAS NEGOCIAÇÕES?

Diante deste fato, qual deve ser o posicionamento da Campanha contra a Alca e de todos que estão lutando contra esse projeto?

Em carta aberta, João Pedro Stédile, do MST, diz: *"Estas pressões contra a postura do Itamaraty, embora operadas por segmentos instalados no interior do governo, são comandadas a partir do exterior,(...) com o lamentável aplauso de uma mídia que também sustentou, durante o governo tucano e também agora, o largo curso de desnacionalização da economia brasileira, a doação do patrimônio público e a sangria desatada de nossas riquezas naturais. Não por acaso, este período enterrado pelo voto popular que elegeu o atual governo caracterizou-se, em política externa , por uma vergonhosa conduta de vassalagem, também superada pela atual administração"* [1]

Concordamos integralmente com Stédile quanto ao fato de defender a soberania da política externa brasileira contra a ingerência imperialista, seja ela qual for. No entanto, não podemos concordar que esse governo superou a *"conduta de vassalagem"* de FHC.

Ao contrário, a política do governo de subserviência aos interesses imperialistas, expressa na liberação dos transgênicos, no pagamento da dívida externa e na continuidade das negociações da Alca, aumenta a dependência do Brasil e o deixa completamente vulnerável às pressões do imperialismo.

È por isso que, diante de uma tímida resistência oferecida pelo Itamaraty na forma de negociação da Alca, desatam pressões *"por segmentos instalados no interior do governo"*. É impossível que o Itamaraty tenha uma "política soberana", se a estratégia do governo é de subserviência ao imperialismo.

João Pedro em sua carta, conclama a que manifestemos *"solidariedade á continuidade da política externa conduzida pelo Itamaraty, em especial ao (...)Samuel Pinheiro Guimarães"*. O problema é que em repetidas entrevistas, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou absolutamente claro que a política do Itamaraty e do governo Lula é assinar a Alca, do que se trata é de discutir qual Alca vamos assinar. Mas, nosso movimento é contra a Alca, seja ela light ou abrangente.

Uma coisa é o direito inalienável do governo de ter sua política exterior e o fato de existir, por enquanto, um atrito entre a *Alca abrangente* e a *Alca light*. Outra coisa é que o movimento contra a Alca considere "progressiva" a política do Itamaraty e afirme que ele defende a nossa soberania.

A Campanha contra a Alca surgiu defendendo a ruptura das negociações por entender que não existe nenhuma hipótese de que estas possam ser "soberanas".

Amorim já disse que ao fazer parte da negociação, não existe possibilidade de que não assinemos a Alca. Por isso é que também o Itamaraty, junto com todo o governo, é contra um Plebiscito Oficial. Enfim, vão assinar a Alca, caso o movimento não derrote o governo.

Este na verdade é um dilema em que a Campanha Contra a Alca está envolvida. Não existe qualquer possibilidade de lutar de modo consequente contra a Alca apoiando o governo.

A única possibilidade de derrotar a Alca é mobilizando os trabalhadores e o povo para exigir Plebiscito Oficial e enfrentar cada passo que pavimente seu caminho, como as reformas, privatizações e toda política do governo.

Nesse sentido, devemos denunciar a ingerência do imperialismo na política externa brasileira, ainda que operadas por Palocci, Furlan e Rodrigues (com a anuência de Lula, afirmamos nós). Mas, de modo algum devemos apoiar a política do Itamaraty.

Pelo contrário, devemos exigir do Itamaraty que este defenda a política votada por mais de 13 milhões no Plebiscito Popular de 2002: ruptura das negociações. Mais, devemos exigir que defenda o Plebiscito Oficial em 2004, como quer nossa Campanha. ■

[1] *Leia o artigo de João Pedro Stedile, "Por uma política soberana do Itamaraty", no site do PSTU*

FOTO INDYMEDIA

PLENÁRIA Nacional da Campanha contra a Alca vota calendário e exige plebiscito oficial em 2004

Alca abrangente e Alca light: dois caminhos para a entrega da soberania

DAVID CAVALCANTE,
de Recife (PE)

Na reunião do Comitê Negociador da Alca em Trindad y Tobago, foram apresentados dois documentos que serão discutidos em Miami, um do governo americano e o outro do governo brasileiro e do Mercosul.

O documento americano defende a chamada Alca abrangente, ou seja, quer que todos os países do continente, aceitem, já para o ano de 2005, a abertura do livre comércio das principais áreas previstas na Minuta do Acordo: acesso a mercados, investimentos, compras governamentais, serviços e propriedade intelectual, remetendo para negociações no âmbito da OMC as negociações sobre agricultura e política antidumping.

A delegação brasileira apresentou formalmente o que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, já tinha definido como Alca *light*: uma estratégia de negociação para barganhar flexibilizações nos bilionários subsídios que o governo americano gasta para apoiar multinacionais do setor agrícola daquele país.

A política de negociação do governo Lula está sistematizada nos chamados "três trilhos":

1) Alca *Light*: trataria apenas de solução de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para nações em desenvolvimento; fundos de compensação, regras fitossanitárias e medidas de facilitação de comércio (redução das tarifas a importação);

2) Negociações 4 + 1 (Mercosul + EUA): negociação da maioria dos temas de acesso a mercados em bens e de apenas alguns pontos em serviços e investimentos;

3) Temas a ser remetidos à OMC: propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais.

O governo Lula e setores da esquerda afirmam que tal linha adotada pelo Itamaraty é uma postura em defesa da soberania. Mas na verdade ela está muito longe disso.

A base sob a qual está constituída a proposta de acordo da Alca é o "livre comércio", ou seja, a entrada e saída de bens e serviços dos países. A proposta da *Alca Light* mantém o fim das restrições às importações, o que significa um aumento desenfreado das exportações norte-americanas elevando o desemprego e a miséria.

Mas isso não é tudo, se a proposta de acordo da Alca não regularia os temas como investimentos e serviços, o chamado *"segundo Trilho"*, a negociação bilateral entre Mercosul e EUA, incluiria estes temas. Assim a *Alca light* levará ao mesmo caminho da *"Alca abrangente"*, a diferença é apenas uma questão de tempo, a depender do avanço das negociações bilaterais e na OMC.

Nem pela via das negociações da OMC nem pela das negociações da Alca se defende a soberania, ao contrário, continuar as negociações significa pavimentar o caminho da perda da soberania e atender tão somente aos interesses dos exportadores e multinacionais instaladas aqui. ■

QUEM GANHA COM A LIBERAÇÃO DOS ALIMENTOS TRANSGÊNICOS?

ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS JÁ PODEM SER PLANTADOS NO BRASIL E SÃO APRESENTADOS COMO SOLUÇÃO PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. TRANSGÊNICOS, CUJA TECNOLOGIA ESTÁ NAS MÃOS DO IMPERIALISMO, PODEM TRAZER PREJUÍZOS À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE

ROMIER SOUZA*,
especial para o **Opinião Socialista**

Da mesma forma como a chamada "Revolução Verde", que tinha como tema a campanha *"Alimentos para o Mundo"* na década de 70, os alimentos transgênicos começam a ser propagandeados como forma eficaz de combate a fome. Contudo, a "Revolução Verde" não passou de uma estratégia dos EUA e de outros países imperialistas para vender armas químicas e equipamentos de guerra. Durante e depois da Segunda Guerra, os países imperialistas investiram milhões na indústria bélica e química, e estimularam o uso desses produtos na agricultura para baratear os custos de produção. Com a desculpa de produzir alimentos para *"matar a fome no mundo"* implementaram um dos maiores programas de rapinagem ao terceiro mundo. Esta política causou danos trágicos no meio ambiente, na economia e principalmente ao povo pobre do campo.

No Brasil, este programa foi totalmente abraçado pela ditadura. Suas conseqüências foram danosas, com elevação da concentração da posse da terra, expulsão em massa dos pequenos agricultores que não conseguiam se adaptar ao "novo" modelo, inchaço das grandes cidades, destruição do meio ambiente, entre outras.

Atualmente, os transgênicos são a grande vedete para produzir mais alimentos. De acordo com o Ministério da Agricultura, a assinatura da MP-131, que libera o plantio de soja transgênica este ano, *"favorece cerca de 150 mil pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul"*. Uma desculpa para beneficiar quem realmente ganhará – os grandes produtores e a multinacional Monsanto, que detém a patente da semente de soja e do herbicida *Roundup Ready*, usado para combater plantas "invasoras".

GENES DE ESCORPIÃO NA COMIDA

Os transgênicos são plantas criadas em laboratório com técnicas da engenharia genética que permitem "cortar e colar" genes de um organismo para outro, mudando a forma do organismo e manipulando sua estrutura natural a fim de obter características específicas. Não há limite para esta técnica e são possíveis combinações inimagináveis, como animais com plantas e bactérias.

FOTO DE MARCELLO CASAL JR. / AGÊNCIA BRASIL

PROTESTO em Brasília, após a assinatura da MP que libera o plantio de transgênicos

Os alimentos mais importantes do mundo são o grande alvo da engenharia genética. Muitas variedades já foram criadas em laboratório e outras estão em desenvolvimento. O cultivo irrestrito e o marketing de certas variedades de tomate, soja, algodão, milho, canola e batata já foram permitidos nos EUA. O plantio comercial intensivo também é feito na Argentina, Canadá e China. Na Europa, a autorização para comercialização foi dada para fumo, soja, canola, milho e chicória. De fato, estima-se que aproximadamente 60% dos alimentos processados contenham algum derivado de soja transgênica e que 50% tenham ingredientes de milho transgênicos.

Os cientistas já introduziram genes de bactérias, escorpião e água-viva em alimentos cultiváveis. Os testes de segurança sobre estes novos alimentos até agora têm sido extremamente inadequados. Os riscos são reais. Os alimentos oriundos de cultivos transgênicos poderiam prejudicar seriamente o tratamento de algumas doenças. Isto ocorre porque muitos cultivos possuem genes de resistência antibiótica. Se o gene resistente atingir uma bactéria nociva, pode conferir-lhe imunidade ao antibiótico, aumentando a lista, já alarmante, de problemas médicos envolvendo doenças ligadas a bactérias imunes. Também há evidências de que os cultivos transgênicos podem criar um potencial aumento de alergias. O laboratório de York constatou que as alergias à soja aumentaram 50% no Reino Unido, depois da comercialização da soja transgênica.

Do ponto de vista ambiental, os danos podem ser grandes: hibridação de espécies nativas com plantas transgênicas, repassando a característica para outra espécie, ao acaso. O principal risco é da transmissão de resistência a substâncias químicas, tipo herbicidas, podendo gerar pragas resistentes.

Além do prejuízo dos transgênicos do ponto de vista da saúde e meio ambiente, o debate a ser feito pelos trabalhadores, em especial os do campo, diz respeito às conseqüências imperialistas do uso desta tecnologia. Quem detém a tecnologia sobre os transgênicos? Quem possui a patente do herbicida usado na soja transgênica? Quem será beneficiado com a liberação dos transgênicos?

A liberação dos transgênicos é parte do processo de reformas em direção à Alca, e o governo Lula com essa medida mostra mais uma vez seu compromisso com os interesses do grande latifúndio e dos grandes grupos multinacionais. A luta contra a liberação, pela reforma agrária e contra a Alca é uma luta contra o imperialismo e contra o governo Lula. ■

***Romier Sousa é eng. agrônomo e colaborador do Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-econômicos**

Atos em todo país marcam dia de luta pelo passe-livre

BRUNO 'NAREBA' E DIEGO AMADO, diretores da UBES pela Oposição

No dia 10 foi realizado o dia nacional de luta pelo passe-livre, convocado por grêmios estudantis e pelo Movimento Ruptura Socialista (MRS). Veja ao lado como foram os atos que a juventude e os desempregados fizeram em diversas cidades.

SÃO PAULO (SP): Mais de 500 pessoas de várias regiões da cidade se concentraram na Praça da Sé para reivindicar o Passe-Livre para jovens e desempregados e a estatização do transporte coletivo Depois houve passeata até a Câmara Municipal, onde uma comissão de grêmios protocolou uma proposta de projeto de Passe-Livre.

SALVADOR (BA): O PC do B tentou dividir o movimento, realizando um ato paralelo ao que foi convocado pelo Fórum de Grêmios e pelo MRS. Os dois atos se encontraram no centro. A manifestação chamada pelo PC do B e PT foi até a prefeitura e se dissolveu. A que teve participação do Fórum de Grêmios, MRS e independentes juntou mais de 500 estudantes e seguiu até parar o Iguatemi, centro financeiro de Salvador.

NITERÓI E RIO DE JANEIRO (RJ): Uma passeata pelo centro de Niterói até a prefeitura, com mais de cem pessoas, reinvidicou o Passe-Livre e a volta do direito nos ônibus intermunicipais, já que muitos jovens estudam e procuram emprego no Rio. Na capital, mais de 400 estudantes e desempregados seguiram em passeata da Candelária até a estação Central do Brasil. No dia 23 tem nova manifestação.

FLORIANÓPOLIS (SC): Setenta estudantes se reuniram para lançar a campanha. Um novo ato está sendo organizado pela coordenação de grêmios para o dia 22.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP): Oitenta estudantes fizeram uma passeata pelo centro. O Comitê Municipal vai continuar a campanha com abaixo-assinado e com novos atos.

RECIFE (PE): Mais de 150 pessoas bloquearam por duas horas o trânsito na região de Boa Viagem, Zona Sul.

O comando do movimento lançou abaixo-assinado pelo direito ao transporte gratuito de estudantes e desempregados e vai organizar novos atos.

Colaboraram Rafael (Florianópolis), Roberto (Belém), Celina (Recife), Valério Paiva (São Paulo)

SEMINÁRIO NO RIO COLOCA EM MARCHA MOVIMENTO POR UM NOVO PARTIDO

ANDRÉ FREIRE,
do Rio de Janeiro (RJ)

FOTO SAMUEL TOSTA

No dia 11 de outubro foi realizado na Uerj, no Rio de Janeiro, o seminário *"A Situação Política do Brasil e a Construção de um Novo Partido"*. Este evento foi, até agora, a maior atividade de discussão sobre a necessidade de um novo partido socialista que unifique a esquerda brasileira. Segundo a comissão organizadora, cerca de 400 pessoas passaram pelo seminário durante o sábado.

O seminário foi dividido em três etapas. Pela manhã fizeram uso da palavra as organizações que o convocaram: *Reage PT*, *União Comunista*, **PSTU**, um integrante do movimento docente – ligado a *Andes-AD*, *MES* (*Mov. Esquerda Socialista*), *CST* (*Corrente Socialista dos Trabalhadores*), *OMP* (*Org. Marxista Proletária*), *MTP* (*Mov. por uma Tendência Proletária*) e *Brasil Socialista*.

Também fizeram uma breve saudação o *MTL* (*Mov. Terra, Trabalho e Liberdade*) e Fernando Pontes, representando o *Movimento de Iniciativa Socialista* (*MIS*) de Santa Catarina, informando sobre atividades pelo novo partido naquele Estado. De São Paulo veio o companheiro *Tato*, diretor do Andes-SN, que coordenou um dos grupos de discussão.

À tarde foram realizados cinco grandes grupos de discussão, onde o que impressionou foi o grau elevado de participação de todos nos debates sobre a conjuntura nacional e internacional, a caracterização do governo e a necessidade de um movimento pelo novo partido.

No início da noite ocorreu a plenária final, ainda com cerca de 300 presentes, na qual foi lido o relatório dos grupos de discussão e foi convocada amplamente uma reunião aberta da Comissão Organizadora, para encaminhar futuras atividades em comum do movimento.

O seminário foi marcado por polêmicas sobre o caráter do programa e do funcionamento do novo partido. E houve uma maioria significativa a favor de colocar em marcha um movimento unitário que enfrente as discussões programáticas e garanta uma intervenção comum nas lutas da classe trabalhadora e de todos explorados e oprimidos.

O que ficou demonstrado inclusive em um dos documentos apresentados ao Seminário, assinado por vários militantes da *Andes-AD*: "*Por isso defendemos um movimento pelo novo partido que resulte de um amplo processo de discussão. Será necessário construir um partido capaz de atuar priorizando as lutas sociais dos trabalhadores, agindo nos espaços institucionais e nas disputas eleitorais de forma subordinada a tal prioridade. Assim, o método de construção será decisivo para o caráter do partido. O primeiro passo é lançar e ampliar as bases do movimento pelo novo partido. A maior quantidade possível de debates, seminários, plenárias devem ser estimulada, trazendo para o centro da discussão não apenas os que já estão convencidos da necessidade do novo partido, mas também aqueles setores do movimento social organizado que consideramos fundamentais na discussão...*"

Entre as propostas apresentadas no seminário destaca-se a indicação de uma Plenária Nacional do Movimento por um Novo Partido, durante o Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte (MG), entre os dias 6 e 9 de novembro. Esta plenária tem como objetivo nacionalizar os debates do movimento por um novo partido.

Também foram apresentadas as seguintes propostas: realização de Plenárias mensais no Rio de Janeiro que discutam temas específicos apontando para construção do programa para o novo partido, criação de uma coordenação e/ou secretaria que organize as atividades deste movimento, lançamento de um sítio na internet para disponibilizar os textos de contribuição apresentados ao Seminário, publicação de uma cartilha com o relatório das discussões ocorridas na atividade, entre outras.

GARANTIR A UNIDADE E A PLENÁRIA NACIONAL

Infelizmente, na reunião da comissão organizadora do seminário, realizada no dia 15 de outubro, as correntes *MES* e *CST* avaliaram que, os debates do seminário evidenciaram dois projetos distintos sobre a construção do novo partido.

Na reunião, estas correntes foram contra a convocação imediata de uma plenária nacional do Movimento por um Novo Partido, durante o Fórum Social Brasileiro. Também não concordaram com os outros desdobramentos estaduais propostos no seminário.

Outros setores, como o *Reage PT*, militantes docentes ligados a *Andes-AD*, o **PSTU** e outros independentes colocaram-se a favor da plenária nacional e dos demais encaminhamentos.

No dia 23, acontecerá a próxima reunião da comissão organizadora, na qual o *MES* e a *CST* responderão se estarão se somando a convocação de uma plenária nacional durante o FSB. ■

Teresina realiza Seminário

GERALDO CARVALHO E PENHA FEITOSA, de Teresina (PI)

Dia 27 de setembro, aconteceu em Teresina (PI), no Sindicato dos Bancários, o Seminário para debater a necessidade do Movimento pela Construção de um Novo Partido. Participaram cerca de 70 ativistas, entre bancários professores estaduais, da UFPI e UESPI, estudantes, artistas, aposentados e trabalhadores dos Correios e do Judiciário.

Compuseram a mesa Joaquim Magalhães (**PSTU**), Roberto Robaina (*MES*), Edna Nascimento (ADUFPI/ANDES), Rosa Meireles (Sind. Urbanitários), Antonio de Pádua (prof. UFPI), Joaquim Neto (ADUFPI), Gleise Leal (**MRS**) e Geraldo Carvalho (**PSTU**).

O evento iniciou com a apresentação da performance teatral *"O jogo da zebra"*, com o grupo *TECLA* (*Teatro Classista*). O professor Pádua coordenou a discussão, aberta com as exposições de Joaquim (**PSTU**) e Roberto (*MES*).

Roberto disse que *"quem quebrou o PT não foram as eleições e sim a opção de governar com a burguesia"*. Afirmou também que o novo partido *"tem que ter direito de tendências e não apenas em situação de pré-congresso (...) queremos criar um novo partido que seja atraente. O PSTU é um partido estigmatizado, não consegue crescer"*. Enfim, a postura do expositor do *MES* foi de polemizar de modo provocativo.

Joaquim centrou sua intervenção na defesa da unidade do movimento e na necessidade de um debate programático na base para a construção do Novo Partido: *"É importante lutar pela construção de um partido sem os vícios do PT."*

As falas do plenário convergiram para a unidade, prevalecendo o sentimento da necessidade de um novo partido. Foram também muitas manifestações de apoio ao **PSTU**. Ao final, decidiu-se ampliar a coordenação estadual, que passou a ter dois novos integrantes e já tem uma atividade em vista: um Encontro para discutir funcionamento, princípios e programa de um novo partido. ■

Amauri Fragoso de Medeiros integra a seção sindical do ANDES-na Universidade Federal de Campina Grande (PB). Amauri fala nesta entrevista sobre o governo, a greve e sua filiação ao PSTU

Amauri em ato no Congresso

Qual a sua avaliação destes nove meses de governo?

Não esperávamos uma mudança tão rápida com relação a algumas bandeiras do PT, que atualmente pode significar *"Partido Transgênico"*. O desemprego atinge os 15 % e o salário médio é o mais baixo desde 1985. O governo prometeu assentar 60 mil famílias em 2003, mas assentou menos de 5 % disso e cortou o orçamento. As reformas (melhor seria contra-reformas) retiram direitos. A da Previdência, cujo pano de fundo é a implementação dos fundos de pensão para beneficiar o capital especulativo, satanizou o servidor, numa campanha nunca vista. A reforma tributária mantém o Estado financiado pelos trabalhadores e a trabalhista vem no sentido de extinguir 13º e férias.

O governo atende o FMI, e ainda paga adiantado, quando pratica um superávit primário maior do que imposto pelo fundo. Para quem acredita em mudanças, uma indicação de que está se iniciando uma dura batalha.

Como foi a greve em Campina Grande?

A greve atingiu vários setores do funcionalismo, como a universidade, o INSS e a Justiça federal, e criamos um fórum em defesa da Previdência. A maior vitória foi a reordenação do movimento sindical, com a ruptura com sindicalistas que mudaram de lado e tentavam barrar o movimento. Foi uma experiência válida, pois teremos outros embates, e já sabemos o quão truculento e antidemocrático o governo irá se mostrar.

Você recentemente filiou-se ao partido. Por que é importante militar no PSTU?

Minha filiação é resultado de uma reflexão sobre o que está acontecendo. O PSTU é vanguarda no enfrentamento ao neoliberalismo. Sou doutor em Geofísica Espacial e não tenho uma formação ideológica apurada. Porém, compreendo que a sociedade é movida pela luta de classes. A militância em um partido cumpre um papel de reflexão sobre o funcionamento da sociedade e de organizar a classe para a luta. Um partido permite combater a alienação imposta pela própria sociedade.

CHEGARAM!

Agendas 2004

Encomende a sua com quem lhe vendeu este jornal ou pelo e-mail *agendaopiniao@yahoo.com.br*

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

ALAGOAS

- **MACEIÓ**
  R. Pedro Paulino, 258 - Poço
  (82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

- **MACAPÁ**
  Travessa Maxparijós, 1195
  Bairro Novo (96) 9963.0775
  macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

- **MANAUS**
  R. Luiz Antony, 823 - Centro
  (92)234.7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

- **SALVADOR**
  R.Coqueiro de Piedade, 80
  Barris (71)328.7280
  salvador@pstu.org.br
- **ALAGOINHAS**
  R. 13 de Maio, 42 - Centro
  alagoinhas@pstu.org.br

CEARÁ

- **FORTALEZA**
  fortaleza@pstu.org.br
  CENTRO
  Av. Carapinima, 1700 - Benfica
  BARRA
  Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema
  GRANJA PORTUGAL
  Rua Taquari, 2256
  MARACANAÚ
  Rua 1, 229 - Cj. Jereissati1

DISTRITO FEDERAL

- **BRASÍLIA**
  Setor Comercial Sul - Quadra 2 -
  Ed. Jockey Club - Sala 102
  brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

- **VITÓRIA**
  Av. Princesa Isabel, 15 - Ed.
  Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS

- **GOIÂNIA**
  R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11,
  Setor Leste Universitário -
  (62)261-8240 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

- **SÃO LUÍS**
  (98)276.5366 / 9965-5409
  saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

- **CUIABÁ**
  Av. Couto Magalhães, 165
  Jardim Leblon
  (65)9956.2942 9605.7340

MINAS GERAIS

- **BELO HORIZONTE**
  bh@pstu.org.br
  CENTRO
  Rua da Bahia, 504 - sala 603 -
  Centro (31)3201.0736
  CENTRO - FLORESTA
  Rua Tabaiares, 31 - Floresta
  (31)3222.3716
  BARREIRO
  Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
  Praça da Via do Minério
- **CONTAGEM**
  Rua França, 532/202 - Eldorado
- **JUIZ DE FORA**
  juizdefora@pstu.org.br
- **UBERABA**
  R. Tristão de Castro, 127 -
  (34)3312.5629
  uberaba@pstu.org.br
- **UBERLÂNDIA**
  R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

- **BELÉM**
  belem@pstu.org.br
  SÃO BRÁS
  Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
  (91)259.1485
  ICOARACI
  Conjunto da COHAB, Trav. S1, 111
  (91) 9993.5650 / 227.8869
- **CAMETÁ**
  Tv. Maxparijós, 1195 - Bairro Novo
- **SÃO FRANCISCO DO PARÁ**
  Rod. PA-320, s/nº (ao lado da
  Câmara Municipal) (91) 96172944

PARAÍBA

- **JOÃO PESSOA**
  R. Almeida Barreto, 391 -
  1º andar - Centro
  (83)241-2368 -
  joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

- **CURITIBA**
  R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

- **RECIFE**
  R. Leão Coroado, 20/1º andar,
  Boa Vista (81)3222.2549
  recife@pstu.org.br
- **CABO DE SANTO AGOSTINHO**
  Rua José Apolônio
  nº 34 A - Cohab

PIAUÍ

- **TERESINA**
  R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

- **RIO DE JANEIRO**
  rio@pstu.org.br
  PRAÇA DA BANDEIRA
  Tv. Dr. Araújo, 45 -
  (21)2293.9689
  CAMPO GRANDE
  Estrada de Monteiro, 538/Casa 2
  JACAREPAGUÁ
  Praça da Taquara, 34 sala 308
- **DUQUE DE CAXIAS**
  R. das Pedras, 66/01, Centro
- **NITERÓI**
  R. Visconde de Itaboraí, 330 -
  Centro (21)2717.2984
  niteroi@pstu.org.br
- **NOVA FRIBURGO**
  Rua Souza Cardoso, 147 - Vila
  Amélia - *friburgo@pstu.org.br*
- **NOVA IGUAÇU**
  R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro
- **VALENÇA**
  valenca@pstu.org.br
- **VOLTA REDONDA**
  Rua 2, 373/101 - Conforto

RIO GRANDE DO NORTE

- **NATAL**
  CIDADE ALTA
  R. Dr. Heitor Carrilho, 70
  (84) 201.1558
  ZONA NORTE
  Av. Maranguape, 2339
  Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

- **PORTO ALEGRE**
  R. General Portinho, 243
  (51) 3286.3607 -
  portoalegre@pstu.org.br
- **BAGÉ**
  Rua do Acampamento, 353 -
  Centro - (53) 242.3900
- **CAXIAS DO SUL**
  Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
  (54) 9999.0002
- **GRAVATAÍ**
  Rua Dr. Luiz Bastos do Prado,
  1610/305 Centro (51) 484.5336
- **PASSO FUNDO**
  XV Novembro, 1175 - Centro -
  (54) 9982-0004
- **PELOTAS**
  Rua Santa Cruz, 1441 - Centro -
  (Próximo a Univ. Católica)
  (53)9126.7673
  pelotas@pstu.org.br
- **RIO GRANDE**
  (53) 9977.0097
- **SANTA MARIA**
  (55) 9989.0220 -
  santamaria@pstu.org.br
- **SÃO LEOPOLDO**
  Rua João Neves da Fontoura,864
  Centro 591.0415

SANTA CATARINA

- **FLORIANÓPOLIS**
  Rua Nestor Passos, 104 Centro
  (48)225.6831
  floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO

- **SÃO PAULO**
  saopaulo@pstu.org.br
  CENTRO
  R. Florêncio de Abreu, 248 -
  São Bento (11)3313.5604
  ZONA LESTE
  Av. São Miguel, 9697
  Pça do Forró - São Miguel
  (11) 6297.1955
  ZONA OESTE
  Av. Corifeu de Azevedo
  Marques, 3483 Butantã -
  (11)3735.8052
  ZONA NORTE
  Rua Rodolfo Bardela, 183
  (tv. da R. Parapuã,1800)
  Vila Brasilândia
  ZONA SUL
  SANTO AMARO
  R. Cel. Luis Barroso, 415 -
  (11)5524-5293
  CAMPO LIMPO
  R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 -
  piso superior
- **BAURU**
  R. Cel. José Figueiredo, 125 -
  Centro - (14)227.0215-
  bauru@pstu.org.br
  www.pstubauru.ig.com.br
- **CAMPINAS**
  R. Marechal Deodoro, 786
  (19)3235.2867-
  campinas@pstu.org.br
- **CAMPOS DO JORDÃO**
  Av. Frei Orestes Girard, 371
  sala 6 - Bairro Abernéssia
  (12)3664.2998
- **EMBU DAS ARTES**
  Av. Rotary, 2917 - sobreloja
  Pq. Pirajuçara
  (11) 4149.5631
- **FRANCO DA ROCHA**
  R. Washington Luiz, 43 Centro
- **GUARULHOS**
  R. Miguel Romano, 17 - Centro
  (11) 6441.0253
- **JACAREÍ**
  R. Luiz Simon,386 - Centro
  (12) 3953.6122
- **LORENA**
  Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro
- **MAUÁ**
  Rua Capitão João, 1152 sala 6
  (11) 6761.7469
- **OSASCO**
  R. São João Batista, 125
- **RIBEIRÃO PRETO**
  R. Saldanha Marinho, 87
  Centro - (16) 637.7242
  ribeiraopreto@pstu.org.br
- **SANTO ANDRÉ**
  R. Adolfo Bastos, 571 Vila Bastos
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
  R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
  (11)4339-7186
  saobernardo@pstu.org.br
- **SÃO CAETANO DO SUL**
  Rua Eng. Rebouças, 707 (esq. com
  Amazonas) - Oswaldo Cruz
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
  sjc@pstu.org.br
  VILA MARIA
  R. Mário Galvão, 189
  (12)3941.2845
  ZONA SUL
  Rua Brumado, 169 Vale do Sol
- **SOROCABA**
  Rua Prof. Maria de Almeida, 498 -
  Vila Carvalho (15)211.1767
  sorocaba@pstu.org.br
- **SUMARÉ**
  Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I
- **SUZANO**
  Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro
  (11)4742-9553
- **TAUBATÉ**
  Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/
  sala 113 - Centro

SERGIPE

- **ARACAJU**
  Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco -
  Fonolândia *aracaju@pstu.org.br*

- **SEDE NACIONAL**
  R. Loefgreen, 909
  Vila Clementino - São Paulo (SP)
  CEP 04040-030 (11) 5575.6093

! NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
memoria@pstu.org.br